

ATA N.º 89 / 2020FL. N.º 41MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,

DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020

**N.º 89, DO QUADRIÉNIO 2017/2021**

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, pelas quatorze horas e quarenta e cinco minutos na sala de reuniões do Edifício "Municipal", reuniu o órgão executivo eleito para o Quadriénio 2017-2021, com as seguintes

**PRESENCAS: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, que presidiu à reunião, e os Senhores**

**Vereadores:** -----

- Maria Catarina Lopes Paiva (CDS/PP); -----

- Daniela Sofia Paiva da Silva (CDS/PP); -----

- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP); -----

- José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD); -----

- Nelson da Silva Martins (PS). -----

**AUSÊNCIA:** -----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP); por se encontrar em isolamento profilático. -----

**COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

a) Aprovação da ata da reunião pública ordinária de 20 de outubro de 2020; -----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico. -----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

1. Acidente com a pavimentadora de betão betuminoso / Reparação de danos causados em habitação; -----

2. Protocolo de Doação de obras de Pintura do Professor Doutor Levi

2020.11.03

Eugénio Ribeiro Guerra, a integrar o acervo da Câmara Municipal; -----

3. Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra / Auto de Medição n.º 10; -----

4. Orçamento 2021 e Grandes Opções do Plano para 2021-2025; -----

5. Mapa de Pessoal para 2021; -----

6. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: -----

- Apreciação e votação de processos e/ou Requerimentos; -----

7. Informações; -----

- Aprovação, em Minuta, das Deliberações Tomadas em Reunião; -----

**O SR. PRESIDENTE, JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA,**

**DECLAROU ABERTA A REUNIÃO:** -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

**a) ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 20 DE OUTUBRO DE 2020: ---**

**A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião pública ordinária de 20 de outubro de 2020. -----**

**b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** O Sr. Presidente da Câmara Municipal saudou os presentes e começou por se penitenciar por não ter tido condições para responder aos e-mails que lhe foram enviados pelo Vereador Nelson Martins. -----

De seguida deu nota de uma publicação feita pela DGS respeitante à "2ª vaga", efetivamente, em toda a região norte tem havido um crescimento exponencial de casos, bastando olhar para diversos concelhos que apresentam números verdadeiramente assustadores. Que em Vale de Cambra há um crescimento, devendo haver neste momento cerca de 100 casos ativos, acontecendo também um grande crescimento nos Municípios vizinhos. Que estamos a assistir ao



aumento de contágios, fruto da própria mobilidade e falta de rigor de algumas pessoas, a que acresce a abertura das escolas, e um maior número de pessoas em circulação. -----

Que muitos contágios são em contexto familiar familiar. Sendo preciso, mesmo dentro de casa, estar com atenção e redobrar cuidados. Que neste momento, a Autoridade de Saúde não tem um trabalho fácil, atendendo à quantidade de casos que tem vindo a surgir em todo o ACES, que vão sendo encontradas soluções para minimizar os riscos, porém todo o trabalho tem de ser feito por todos e por cada um de nós, porque se assim não for torna-se mais difícil o controle desta pandemia. Que está a ser revisto o plano de contingência, para o submeter à Comissão de Proteção Civil, estando programada uma reunião desta Comissão. Referiu ainda, relativamente à situação que estamos a viver, que a tem acompanhado de perto e que, sendo representante da Área Metropolitana do Porto, na Comissão Distrital Civil de Aveiro, pode informar que ficou acordado ontem, em reunião dessa Comissão, a criação de um espaço de retaguarda para Apoio ao Hospital da Feira que está neste momento com a lotação quase esgotada. Sendo que os doentes que estão em fase de recuperação, que podem fazer a sua recuperação noutra local e que estão com acompanhamento médico e de enfermagem. -----

De seguida deu ao palavra ao **Vereador Pedro Almeida** que cumprimentou todos os presentes e referiu que todos temos a consciência que estamos a viver um segundo surto, que já atingiu um patamar superior àquilo que se verificou na 1ª vaga, de Março. Ainda não entrámos no período mais crítico, no período de acordo com o historial passado, o período da gripe. E estamos a gerir esta pandemia situação a situação, sem estar nada pensado para dar resposta ao que vai acontecendo. Que gostaria de saber, no âmbito daquilo que são as

2020.11.03

competências da Câmara Municipal, o que é que a Câmara Municipal tem em mente, para tentar minimizar esta propagação que está a ocorrer. Não bastando informar diariamente que são mais 5 casos, mais 10 ou 12 casos. Isto é importante, enquanto informação, mas enquanto comunidade exige-se muito mais, nomeadamente saber o que a Câmara Municipal está a pensar fazer para minimizar esta situação. Referiu relativamente à ocorrência que teve lugar aqui na Câmara Municipal, que os planos de contingência “no papel” estão bem feitos, mas é preciso passar as regras à prática, e aqui na Câmara Municipal tal não acontece. Entendendo que o que deve acontecer é que, já que o Sr. Primeiro Ministro veio indicar regras básicas a cumprir, como seja higienizar o espaço, as mãos, andar permanentemente com máscara, ou seja cumprir as regras emanadas pela DGS. Regras essas que deveriam ser sempre cumpridas. No entanto, neste período de tempo houve quem não as cumprisse, nesta Instituição, e recentemente o Sr. Presidente veio reforçar um despacho de incumprimento de um despacho seu. -----

**O Sr. Presidente da Câmara** referiu que fez um despacho em maio, de obrigatoriedade do uso de máscara, mas que não pode, permanentemente, acompanhar todos os trabalhadores camarários, e que quando se apercebeu que alguns não o cumpriam, teve de reforçar esse alerta com um novo despacho, sendo certo que o mesmo deve ser reforçado e partilhado pelos dirigentes e entre colegas. -----

**O Sr. Vereador José Alexandre Pinho** referiu que também houve alteração da Lei, passando a ser obrigatório o uso da máscara no exterior. -----

**O Sr. Presidente** referiu que a higienização do espaço é feita antes dos funcionários entrarem no mesmo, e que para a higiene das mãos há gel espalhado por vários pontos do edifício. -----



**O Sr. Vereador Pedro Almeida** referiu que o uso da máscara é obrigatório e que, quem não cumprir deve ser penalizado. Que para a higienização das mãos é verdade, que há dispensadores de álcool gel por todo o lado, e que não podemos andar atrás de cada um. Já quanto à higienização, por empregados de limpeza, disse entender que os recursos humanos não têm capacidade para dar resposta. Que esteve recentemente na Câmara Municipal do Porto, e verificou que nenhum munícipe entra sem medir a temperatura. O atendimento é feito preferencialmente por telefone e excecionalmente de forma presencial, em sala específica para atendimento, que no fim é higienizada. Aqui não há regras, designadamente os munícipes entram e circulam à vontade. Tem de haver regras, para evitar um risco acrescido de propagação. -----

Relativamente ao e-mail a que o Sr. Presidente respondeu, e que justificou porque é que respondeu à hora que respondeu, é importante, referir que não foi possível em tempo útil, refletir nesta situação. Temos de pensar utilizar os meios tecnológicos, aliás nós hoje temos a Resolução de Concelho de Ministros com as regras que vão entrar em vigor amanhã, que obriga os concelhos com riscos elevados de contágios, como o nosso, a tomar medidas utilizando as novas tecnologias. Vai passar a ser obrigatório o teletrabalho a partir de amanhã, libertando-nos de riscos e é esperado que a Câmara Municipal tome um conjunto de medidas, considerando que não tem tomado nenhuma. Temos de ser mais pro-ativos nesta situação, porque é muito grave, e há uma desorganização muito grande, por exemplo: num primeiro momento há feiras, e a seguir já não as pode haver. -----

**O Sr. Presidente** referiu que a responsabilidade não é das Câmaras Municipais, e que há a tentativa de lhes passar a responsabilidade. -----

**O Sr. Vereador Pedro Almeida** referiu que no caso das feiras acha que faz todo

2020.11.03

o sentido que seja a Câmara Municipal a tomar a decisão sobre isso. Que a realidade não pode ser encarada de uma forma generalizada para o território nacional. Haverá sítios em que haja condições para que a feira se realize, e outros em que não. Têm de ser tomadas decisões, nesta fase, no âmbito das competências de cada um, sem ter de esperar 15 dias para que seja a Direção Geral de Saúde apenas e só a tomar as decisões. Temos o caso da Câmara de Matosinhos a exigir que alguns espaços fechassem. Em Vale de Cambra, tendo em conta as Indústrias que origina que haja movimentação de pessoas, tem de haver um cuidado acrescido, a tomada de medidas necessárias, de acordo aquilo que é a realidade atual, e não ficar à espera que corra tudo bem. -----

**O Sr. Presidente** referiu, relativamente aos testes Covid, que colocou a questão à Delegada de Saúde que disse que o procedimento que estão a adotar é o dos 14 dias para a vigilância ativa, se não tiverem nada, e os positivos só têm alta depois de repetirem o teste. -----

**O Vereador Nelson Martins** cumprimentou todos os presentes, referindo que na sessão anterior e numa outra anterior, pediu um relatório e uma tabela com os dados do consumo de água e taxas associadas, perguntando se já podia ter acesso a esse relatório. Que queria enaltecer o trabalho de todos os colaboradores do Arquivo Municipal e do Centro de Educação Ambiental, cuja dedicação competência e visibilidade têm sido evidentes nos últimos dias, nas últimas semanas, junto da comunidade do Centro e Agrupamento da Escola do Búzio ao dinamizarem sessões de formação naquelas valências e também enaltecer o trabalho que têm feito na comunidade. Sendo seu entendimento que é preciso olhar para estes serviços e ver que o futuro deste concelho passa também pelo aproveitamento e aposta destes recursos quando preservam o conhecimento. -----



**A Vereadora Catarina Paiva** referiu em relação à Escola das Dairas, que na última reunião falou-se sobre a Internet. Que foram tomadas algumas medidas, e nomeadamente foram feitas algumas ligações para Lisboa. Uma parte foi desbloqueada. E a DGIC passou a responsabilidade da instalação informática para a DGEST. Que teve conhecimento que esta semana já esteve cá o técnico da DGEST e que questionaram se queríamos pôr abaixo o apoio tecnológico, ou ficar com as ligações que a Câmara Municipal tinha feito. Foi achado conveniente que continuasse a escola dentro do plano tecnológico, uma vez que tem outra assistência. A DGEST está a desenvolver todos os esforços para que seja reativada rapidamente a Internet mas há dificuldades em fazê-lo. Pensando que hoje ainda não havia. -----

**O Vereador Nelson Martins** disse que às 13:00 horas ainda não havia Internet. -

**O Sr. Presidente** Agradeceu as palavras que foram proferidas pelo Sr. Vereador no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo Arquivo Municipal e pelo Centro de Educação Ambiental, que são dois espaços que devem ter atenção, pela especificidade que cada um encerra. O Arquivo Municipal pelo acervo que é o património que a Câmara Municipal tem, e o Centro de Educação Ambiental pelo importante trabalho que desempenha ao nível da sensibilização para as questões ambientais, contacto com a natureza e sua interpretação, bem como, para um sem número de coisas, que são importantes para a formação dos jovens e idosos que participam e acompanham aquele espaço. -----

**O Vereador José Alexandre Pinho** perguntou ao Vereador Nelson Martins qual foi a questão a que não obteve resposta, ao que o Vereador respondeu que a deixou na última reunião, e eventualmente numa outra. Continuou o Vereador José Alexandre Pinho dizendo que quanto ao que foi pedido na última reunião a resposta ainda não estava pronta. Que relativamente ao elogio que foi feito ao

2020.11.03

Centro de Educação Ambiental e aos seus profissionais também agradecia. Pois que continua a ser aposta desta Câmara Municipal a divulgação do Centro de Educação Ambiental, a realização das várias atividades, que nesta altura estão condicionadas pela pandemia que nos assola. Informou que ainda este fim de semana houve mais uma atividade, relacionada com o dia das bruxas, na qual esteve presente, e que paulatinamente e sempre que o tempo ajudar continuarão ser feitas atividades. No que diz respeito ao que o Vereador Pedro Almeida, referiu relativamente à desinfeção, que chega todas as manhãs pelas 8:00 horas e confirma pelo odor que as desinfeções têm sido feitas. -----

**A Vereadora Catarina Paiva** referiu que ainda há pouco tempo esteve a falar com o Eng.º Pedro Valente para fazer o desdobramento do trabalhos das duas funcionárias, e que há 2 semanas tinha feito o planeamento do respetivo trabalho. Vinha uma de manhã e outra de tarde. O que ainda não aconteceu porque saem as duas às 13 horas. Que nesta sala houve uma reunião esta manhã e quem fez a desinfeção foi a Goreti, Secretária do GAV. Disse ainda que a partir de amanhã as funcionárias vão fazer o horário com desdobramento. -----

**O Sr. Presidente** referiu que houve esta manhã uma reunião em que sugeriu, esperando que os senhores Vereadores compreendam, que se for necessário teremos de recorrer a serviços externos de empresa de limpeza, pois que a Câmara Municipal não tem pessoal que permita dar resposta às exigências que cresceram imenso e bem como os espaços a higienizar. -----

**O Vereador José Alexandre Pinho** referiu que o uso de máscara em regra geral é cumprido. Confirmando que na altura se seguiram as novas diretrizes. Tendo sugerido ao Sr. Presidente que alargasse a medida ao pessoal operacional que presta serviço no exterior, que por vezes não consegue salvaguardar a distância mínima dos 2 metros. -----





O Vereador Pedro Almeida referiu que se lhe afigura que não foi entendido o que o Vereador Nelson Martins disse relativamente à falta de resposta, pois que, para além da Ata, solicitou a tabela que em tempos foi facultada a si, sobre as empreitadas. Na altura disseram que essa documentação tinha sido remetida para a última Assembleia Municipal, tendo já decorrido mais de um mês sobre esse pedido e essa tabela continua a não ser facultada. -----

O Vereador Nelson Martins perguntou que serviços o Dr. Cândido Campos presta para a Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente respondeu que a empresa à qual o Dr. Cândido Campos pertence presta serviço à Câmara Municipal no âmbito da Medicina no Trabalho. -

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

**1. ACIDENTE COM A PAVIMENTADORA DE BETÃO BETUMINOSO / REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS EM HABITAÇÃO:** -----

Presente informação do Técnico Superior da Câmara Municipal, Isabel Mariano, com o seguinte teor: “Conforme se retira do presente processo, em 28-5-2020, no âmbito da realização de trabalhos preparatórios para a pavimentação de um arruamento (Beco da Quinta das Oliveiras – Coelhosa – S. Pedro de Castelões), obra a cargo da equipa responsável pela pavimentação de arruamentos em betão betuminoso afeta à DSUOM, desta Câmara Municipal, o condutor da máquina pavimentadora ao aproximar-se do arruamento a pavimentar engatou uma mudança mais lenta e arrancou, andou cerca de 2 metros e a mudança saltou o que fez com o que perdesse o controlo da máquina que foi embater no muro de vedação e no portão de uma moradia, causando danos, que se traduziram em prejuízo no montante total de € 7.502,00. -----

O Chefe da DSUOM veio informar que: “tendo em consideração a urgência para assegurar a segurança do prédio e acesso à habitação foi realizado o relatório,

2020.11.03

participação ao seguro (Apólice Tranquilidade 0006045444 – RR-99023) foi efetuada a peritagem com o perito indicado pela companhia em 02-06-2020 e as seguintes requisições: -----

- Repartição e Montagem de Portão e Automatismo (empresa: Dactinox; valor c/ IVA € 2.152,50); -----
- Fornecimento de Pilar (empresa: Arougranitos; valor c/ IVA € 675,50); -----
- Fornecimento e Montagem de Aro do Portão (empresa: Arougranitos; valor c/ IVA € 4.674,00). -----

Face ao exposto, e porque foi dado seguimento face a urgência para fechar uma propriedade particular que após o acidente ficou sem segurança torna-se necessário a ratificação da Câmara Municipal das decisões tomadas (aquisições e participação ao seguro).” -----

Assim, no caso em apreço resulta manifesto que os danos no muro e portão do particular/município foram causados pelo embate da máquina pavimentadora, nas circunstâncias acima descritas, verificando-se a existência de nexo de causalidade entre o facto e o dano. Pelo que se pode dizer que se encontram reunidos os pressupostos do dever de indemnizar que recai sobre o município (v. artigos 483.º e seguintes, 562.º e 566.º do Código Civil). -----

No entanto, foi promovida a reparação do prejuízo, que se traduziu na reposição das coisas no estado em que se encontravam antes da lesão – reconstituição in natura da situação material anterior, sem que a Câmara Municipal se tivesse pronunciado, assumindo a responsabilidade e a obrigação de indemnizar. -----

Termos em que, se mostra necessário proceder ao saneamento do procedimento com a ratificação pela Câmara Municipal de todo o processado.” -----

**O Sr. Presidente** referiu que na altura em que ocorreu o acidente foi-se fazer a pavimentação no Beco da Quinta das Oliveiras, que a rua desce bastante e que a



máquina pavimentadora foi descarregada na estrada, e segundo foi reportado, ao iniciar a descida a mudança saltou e devido à inclinação a máquina foi por ali abaixo, deitando o portão abaixo, os pilares, e conforme se pode ver nas fotografias foram causados danos. Atendendo que era uma propriedade e que ficou sem proteção, foi contactada a companhia de seguros, foi feita a peritagem, foram feitas as requisições para repor a vedação na casa, que o proprietário alegou que tinha de se ausentar e que não podia deixar a casa assim, pelo que se avançou com as reparações. Chegou-se à conclusão que este assunto devia ser submetido à reunião de Câmara e não o foi. O que hoje é aqui solicitado é que se faça a ratificação dos atos entretanto praticados, para que o procedimento fique regularizado. -----

**O Vereador Nelson Martins** disse constatar que o acidente foi em 28 de Maio, e que a informação é de 29 de outubro. Perguntando se não foi chamada a GNR ou os Bombeiros. Atendendo ao que está escrito na informação, nomeadamente do chefe da DSUOM, que era necessário e urgente assegurar a segurança do prédio, perguntou de quando é a data da constatação e de quando é a data da informação do chefe da DSUOM. -----

**O Sr. Presidente** disse que uma informação é do dia 23 outra do dia 27 de outubro. -----

**O Vereador Nelson Martins** disse constatar que o acidente foi em maio e a informação é de outubro. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que a sua questão é se a máquina não tinha travões ou se funciona só com o motor a travar. -----

**O Sr. Presidente** disse que era uma questão técnica à qual não sabia responder.

**O Vereador Pedro Almeida** disse que estava a perguntar a quem estava a presidir à reunião. -----

2020.11.03

**O Sr. Presidente** reforçou o seu desconhecimento técnico. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse achar que esta situação devia estar bem explicada. E que numa situação futura teria de se ponderar sobre a utilização da máquina em zonas inclinadas. Pois se estivesse lá alguém, poderia ter sido atingida e criada uma situação grave para resolver. Não sabendo se esta máquina faz circulação na via pública e se tem algum tipo de vistoria. Não sabendo também se a máquina reunia todas as condições para estar a operar. Achando que o Relatório da Divisão devia dizer isso. E que os factos ocorreram em Maio e como o Vereador Nelson Martins referiu a urgência é do fim de Outubro, e a informação de 23 fala em retificação havendo confusão entre retificação e ratificação, e que foi corrigida a informação para arranjar uma fundamentação. -----

**O Sr. Presidente** disse que só devolveu a informação ao técnico para correção da palavra. Para corrigir o retificar para ratificar. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que provavelmente o Sr. Presidente não teria a responsabilidade, pois que para isso existem dirigentes que devem assumir as responsabilidades. -----

**O Sr. Presidente** disse que não estar a defender o dirigente, mas o que aconteceu foi que na altura se procedeu à reparação sem a devida submissão à Câmara Municipal. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse pensar que quando chegou à altura da DAF pagar a DAF disse que não tinha ordem de quem manda para pagar. E o procedimento teve de ser corrigido, visto que era urgente. -----

**O Sr. Presidente** disse que à data era urgente, que o munícipe não podia nem entrar nem sair de casa. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse não saber por não haver qualquer evidência. --



O Sr. Presidente disse que o assunto deveria ter sido presente à Câmara Municipal para apreciação e decisão em tempo, mas que como não o foi agora se mostrava necessário regularizar o processado. -----

A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pedro Almeida e Nelson Martins, nos termos e com os fundamentos da informação supra proceder ao saneamento do procedimento em apreço com a ratificação de todo o processado. -----

O Vereador Pedro Almeida proferiu a seguinte Declaração de Voto “O meu voto contra não tem a ver com acidente e com a reparação obviamente necessária de quem sofreu os danos por causa do acidente, mas sim por toda a tramitação processual relativamente a este processo, nomeadamente quanto à data da ocorrência do acidente que foi 28/5 e a data do pedido da ratificação das decisões tomadas que foi 27/10”. -----

O Vereador Nelson Martins proferiu a seguinte Declaração de Voto “Voto contra pela extemporaneidade da tramitação processual”. -----

**2. PROTOCOLO DE DOAÇÃO DE OBRAS DE PINTURA DO PROFESSOR DOUTOR LEVI EUGÉNIO RIBEIRO GUERRA, A INTEGRAR O ACERVO DA CÂMARA MUNICIPAL:** -----

Este assunto foi retirado para apreciação e decisão numa próxima reunião da Câmara Municipal. -----

**3. CENTRO DE ARTES E ESPETÁCULOS DE VALE DE CAMBRA / AUTO DE MEDIÇÃO N.º 10:** -----

Presente o Auto de Medição n.º 10, de 16 de outubro de 2020, da obra “Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra”, subscrito pelo técnico representante da Câmara Municipal e pelo representante do empreiteiro, no valor de 31.844,90

€, bem como informação do Chefe da DAF de 19 de outubro de 2020, de que o valor se encontra previsto no Mapa de Fundos Disponíveis aprovado em 7 de outubro de 2020. -----

**A Câmara Municipal deliberou por unanimidade**, aprovar o Auto de Medição n.º 10 de 16 de outubro de 2020, da obra “Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra”, no valor de 31.844,90 €. -----

#### **4. ORÇAMENTO 2021 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2021-2025: ---**

Presente informação do Chefe da DAF com o seguinte teor: “De acordo com o n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte. Nesse sentido, foram elaborados todos os documentos inerentes e que se anexam, onde foram vertidas as instruções que nos foram comunicadas superiormente. O Orçamento Municipal, o Plano Plurianual 2021-2025 e as Grandes Opções do Plano 2021-2024 incluem os seguintes elementos:

- a) Relatório que contém a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes; -----
- b) Orçamento e Plano Orçamental Plurianual Total, Receita e Despesa; -----
- c) Articulado que contem as medidas para orientar a execução orçamental: -----
- d) Plano de Atividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos; -----
- e) Mapa de Participações. -----

Sugere-se que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovar os documentos que compõem o Orçamento 2021 e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025 e as Grandes Opções do Plano para 2021-2024, que constam em anexo bem como emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das normas de



execução do orçamento municipal para 2021.”. -----

**O Sr. Presidente** disse que este orçamento vem na linha da continuidade dos orçamentos anteriores. Este ano há uma redução considerável de receitas que nos obriga a ser mais contidos nos investimentos, também é expectável a redução de receitas, motivado pelos programas comunitários estarem já em fase de conclusão, e pelas contingências económicas da Pandemia. Sabemos que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano são os documentos que revelam a estratégia municipal. Agora, com o novo referencial contabilístico – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – devemos também ter presente a necessidade de elaboração do Plano Plurianual, que hoje também se apresenta. -----

Para além da relevância óbvia e decorrente da lei com que se revestem, a preparação destes documentos pressupõe também uma transposição para os mesmos de todas as características que os decisores políticos devem apresentar, nomeadamente a transparência, o rigor e a eficiência no uso dos dinheiros públicos. -----

Por conseguinte, todo e qualquer compromisso mantido está refletido naqueles documentos previsionais. Adiciona-se um trabalho extremamente criterioso para inclusão de todas as novas despesas, tendo presente os recursos que estão ou venham a estar à disposição, sempre em observação pela estratégia própria de quem foi democraticamente eleito para operar o desenvolvimento municipal. -----

Tendo também presente a finalização de projetos ainda relativos ao quadro de apoio Portugal 2020, os mesmos foram obviamente transpostos para os respetivos documentos previsionais. -----

Estes documentos que agora se submetem a apreciação desta Câmara são os instrumentos de previsão de gestão que procuram dar forma às opções do órgão

2020.11.03

executivo, associados logicamente a um enquadramento que, acima de tudo, tende a ser ditado pela economia nacional e internacional, cada vez mais sujeito a mudanças constantes, o que origina dificuldades nas previsões. Muitas delas associadas à nova pandemia. As opções que são agora transpostas para aqueles documentos procuram levar em linha de conta as condicionantes externas e internas.-----

Este constitui um orçamento que reflete o compromisso oportunamente apresentado de abaixamento de impostos e que, conjuntamente com a finalização de quadro comunitário e a retração económica provocada pela Pandemia da Covid-19, justificam um dos orçamentos iniciais de valor mais baixo dos últimos anos. Não obstante, consegue-se nele apreciar a preocupação genérica com o desenvolvimento do Município e, especificamente, a preocupação social – as Funções Sociais nas Grandes Opções do Plano ultrapassam os 6 milhões e 200 mil euros e, dentro destas, saliento o valor de mais de 3 milhões e 100 mil euros na área da Cultura e mais de um milhão de euros na Educação e um milhão e 800 mil euros nos Serviços Coletivos (onde se incluem o Ambiente, Abastecimento de Água, Saneamento, RSU, entre outros).-----

Assim, se justifica, em traços muito gerais, um Orçamento que atinge o valor de 18 milhões e 955 mil euros que é o último Orçamento de um mandato, que reflete o integral cumprimento do abaixamento de impostos, o cumprimento dos compromissos para com os Valecambrenses, e, mais uma vez, onde é vertida a seriedade com que encaramos o Dever Público.” -----

**O Sr. Presidente** abriu um período de discussão em torno do orçamento. -----

**O Vereador Nelson Martins** perguntou que investimentos é que estão previstos para as zonas rurais do concelho, nomeadamente os lugares mais afastados da sede do município. -----





O Sr. Presidente disse que de uma forma genérica temos neste orçamento e no orçamento do próximo ano, variadíssimos investimentos, pavimentações, saneamento básico, havendo vários estudos em execução para vários locais no Município. Podendo dar um rol de obras que vão ser feitas, por exemplo a Praça de Junqueira, o eco-trilho do Rio Teixeira, que são obras com mais impacto, mas há muitas pequenas obras de proximidade que são feitas permanentemente, muitas nem nos apercebemos delas, mas apercebem-se as pessoas. Se perguntarem se há rubricas específicas como se fazia há 15 ou 20 anos atrás, em se punham quinhentas rubricas pequeninas com obras específicas, com caminhos ruas pequenas, a resposta é que hoje não é essa a opção. -----

O Vereador Nelson Martins perguntou se a opção, são as Micros, e nesse caso se podia nomear algumas. Perguntou ainda o que estava previsto por exemplo para a freguesia de Vila Cova de Perrinho. -----

O Sr. Presidente disse que se forem buscar obras em que esteja o nome da freguesia muitas delas não estão especificamente indicadas. -----

Vereador Nelson Martins disse que especificamente se lembrou duma obra para a freguesia de Vila Cova de Perrinho, e que a do Rio Teixeira já a tinha encontrado. -----

O Vereador Pedro Almeida colocou a mesma pergunta que o Sr. Vereador Nelson Martins, considerando que na intervenção que o Sr. Presidente fez, é feito o enquadramento mais técnico do que político com algumas adaptações em termos das exigências legais. E a resposta obtida, no seu ponto de vista, em termos do conteúdo político foram meras generalidades. Isto porque o Sr. Presidente disse e bem que neste Orçamento, e no Orçamento do próximo ano 2021 tem de existir a aprovação do Plano Plurianual, e investimentos que transportam mais 4 anos para a frente. Que estes documentos revelam o que é a

2020.11.03

estratégia do Município. E diria que estes documentos revelam a falta de estratégia para o Município, Porque o que vemos é a redução significativa do valor do orçamento para o Município que passou de 21.500,00€ para 18.955 mil euros, e esta redução se analisarmos, apesar das tabelas que foram facultadas, não demonstra haver disponibilização dos valores relativamente aos períodos anteriores, período de 2021, mas facilmente chegamos à conclusão que a redução do orçamento resulta da redução da receita, que resulta da falta de candidaturas a fundos comunitários. E a falta de candidatura a fundos comunitários diz o Sr. Presidente, é por estarmos em fim no quadro comunitário e que por esta razão as receitas são menores. Que diria que os fundos comunitários podem ser mais ou menos arrecadadores de receita consoante os projetos que temos para nos candidatarmos, e que o que vê é que por falta de estratégia, que tem-se vindo a arrastar ano após ano, origina a falta de projetos e ambição estratégica e leva a que haja uma redução dos fundos comunitários e consequentemente redução do valor global do orçamento. E o exemplo disso é, ainda recentemente, a aprovação de uma candidatura de um projeto feito à pressa, para a casa envolvente à Casa da Tulha em Cepelos, em que se foi buscar um projeto do tempo em que foi Vereador, que já deve ter 10 anos. E é assim que tem vindo a ser gerida esta “casa” com consequências nefastas e graves para o futuro em termos de desenvolvimento da nossa terra. É um orçamento que mostra uma falta de visão estratégica, umas meras generalidades em função de macros e de grandes grupos. E se formos ver os grandes investimentos para o próximo ano, resumem-se nuns concursos de alcatrão na ordem dos 600 ou 700 mil euros para pensar numa eventual reeleição nas próximas eleições autárquicas à custa de umas pavimentações. Acho que não é assim que Vale de Cambra se desenvolve. E portanto o meu voto neste



orçamento, que é um orçamento sem ambição, sem visão, é um voto contra. -----

**O Presidente da Câmara** disse que gostava que Sr. Vereador apontasse um fundo que estivesse disponível para Vale de Cambra e que a Câmara Municipal não tivesse aproveitado. Que todos os avisos que abriram em que Vale de Cambra se podia candidatar deram lugar a candidaturas, este quadro comunitário foi construído em mapeamento e antes existiam verbas que foram negociadas com os 17 Municípios da área metropolitana do Porto e todos tiveram o seu quinhão em função da dimensão, ou área territorial e o número de habitantes. Inclusivamente, houve algumas críticas de outros Municípios a dizer que Vale de Cambra tinha recebido muito dinheiro comparativamente com eles. Que os outros municípios diziam que Vale de Cambra tinha conseguido uma grande vitória e que o Senhor Vereador estava a dizer que tinha tido uma grande derrota. Todas as oportunidades e avisos que abriram para Vale de Cambra não foram afastados. E este último projeto da casa anexa à Casa da Tulha, é um aproveitamento dum aviso que vai ser feito especificamente quase para Vale de Cambra, é uma verba pequena em termos de Fundo e nós não queremos desperdiçar. Em termos de educação, por exemplo, quando foi feito o mapeamento a nível nacional, Vale de Cambra não tinha um euro de fundo, e depois de "partir muita pedra", conseguimos 3 milhões de euros para a área da educação. E foi considerado uma vitória em termos daquilo que era expectável. Mas depois disso, esse valor que entretanto foi esgotado, ainda foi reforçado com mais 300 mil euros. Consegui convencer a Área Metropolitana e a própria Comissão de Coordenação da Região Norte a arranjar dinheiro para financiar a obra da Escola de Vila Chã. O projeto está a ser ultimado para conseguirmos aproveitar esse dinheiro, que é mais 300 mil euros. Também recentemente foi conseguida, uma verba considerável para as nossas IPSS, falta

2020.11.03

assinar os contratos, mas são mais de 700 mil euros. A nível nacional não existia muito dinheiro para a área da água e do saneamento, e concorremos a um concurso e conseguimos um financiamento para uma obra de 3 milhões de euros, que também é importante e que se soma a tudo o resto, que está em Obras. Conseguimos requalificar consideravelmente o nosso património, o nosso centro urbano, conseguimos uma verba considerável para a ciclovía, para a ciência energética, para a regeneração urbana, para a biblioteca, para o mercado para o cinema, nunca houve tanto investimento, nestes últimos anos, como neste mandato. Só para dizer nós não perdemos nenhum financiamento, fomos buscar tudo o que podíamos arrecadar. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que a título pessoal e individual andou conjuntamente com pessoas que se cruzaram consigo, a fazer uma candidatura para o Centro Social de Arões, tendo sido dito na altura que era impossível. -----

**O Sr. Presidente** referiu que não era impossível porque essa candidatura estava aprovada. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse ser preciso falar verdade, pois que a candidatura foi feita por si, juntamente com pessoas que o ajudaram, que a submeteu, no computador, à noite. Tendo sido obtido um financiamento de mais de 1 milhão e 200 mil euros. O que fez sozinho com a boa vontade da direção que acreditou que era possível. Isto para dizer que, se um cidadão individualmente ou não, quando quer e se empenha, consegue. Mas o mais grave não é ir buscar dinheiro é não ter uma estratégia de desenvolvimento do concelho, porque o que há é um conjunto de projetos avulsos. Dando o exemplo da "casa do guarda da Felgueira", que já foi Centro Interpretativo da Vitela, e Centro Interpretativo da Serra da Freita, e nunca se sabe bem o que é, e chega-se ao fim e não é coisa nenhuma, inaugura-se e fecha-se na mesma hora.



Conforme no Trebilhadouro abriu e fechou na mesma hora. Nunca mais funcionou. Não há uma estratégia, uma linha, um estudo, um rumo, uma orientação para Vale de Cambra, que devia haver. O que eu vejo neste orçamento é que o que há aqui de obras novas no valor de 600 mil euros, ou 700 mil euros, num concurso que já abriu este ano para colocação de tapete, para as próximas eleições autárquicas. Se quisermos ganhar eleições autárquicas a espalhar tapete não vamos a lugar nenhum. -----

**O Sr. Presidente** disse que temos de ser consequentes, e que o Sr. Vereador ainda há dias chamava à atenção para uma série de ruas que estavam em mau estado, uma delas a da escola secundária. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que ainda não tinha visto a pavimentação de qualquer dessas ruas, e que essa ainda não a tinha visto pavimentada. -----

**O Sr. Presidente** disse que ainda ontem tinha assinado o respetivo contrato. ----

**O Vereador Pedro Almeida** disse achar de muito mau tom, andar a publicar fotografias de obras, e a misturá-las com informações sobre Covid. Que o Sr. Presidente publicava fotografias de Cepelos e Arões. E provavelmente a prioridade seria a Escola Secundária, porque temos milhares de pessoas a circular lá todos os dias. Tendo perguntado se o Sr. Presidente estava a gerir o “timing” para as eleições autárquicas. -----

**O Sr. Presidente** respondeu que o Sr. Vereador já há um ano estava preocupado com as eleições autárquicas. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que estava preocupado com os Valecambrenses e com Vale de Cambra, e perguntou como é que o Sr. Presidente justifica neste ultimo ano eleitoral a folga orçamental que tem, de acordo com as receitas que tem, que tenha posto “os ovos” todos na pavimentação, e que até abriu 2 concursos um por ajuste direto e outro concurso

público para o efeito. Perguntando se era essa a prioridade. -----

**O Sr. Presidente** perguntou se se daqui a uns dias disser que vamos fazer obras de água e saneamento também vamos ser acusados de eleitoralismo. -----

**O Vereador Pedro Almeida** respondeu que não estava a questionar as obras de água e saneamento . E que achava bem dizer que havia 3 milhões na área de água e saneamento, para satisfazer as necessidades das pessoas. Agora se for analisado o projeto em referencia às zonas do concelho numas só está a investir em água e noutras só em saneamento. Numas zonas só em águas e sem saneamento e arruamentos, para depois ir rebentar a estrada. Perguntando qual é a estratégia inerente a esse tipo de projeto. Entendendo haver que definir prioridades claras. O orçamento é limitado, havendo que tomar opções. Achando muito bem que se invista em água e saneamento. Achando muito bem que se pavimentem as estradas. Sem deixar de perguntar se é preferível dar prioridade e pavimentar o interior do concelho, quando temos milhares de pessoas a circular numa estrada onde há crianças. Se não seria preferível criar condições de segurança onde passam milhares de pessoas, nomeadamente crianças. Ou então numa estrada qualquer no interior do concelho. -----

**O Vereador Nelson Martins** disse que tinha uma questão a colocar: se o Sr. Presidente falou no início que alguns Municípios, provavelmente vizinhos, não tinham sido “solidários” com Vale de Cambra porque achavam que Vale de Cambra teria sido beneficiada com a situação dos fundos comunitários. -----

**O Sr. Presidente** respondeu que não disse que não foram solidários. Inclusivamente houve solidariedade de alguns Municípios porque nós não tínhamos nenhum dinheiro para a educação e passámos a ter 3 milhões de euros e alguns municípios abdicaram a favor de Vale de Cambra. -----

**O Vereador Nelson Martins** perguntou quem é que efetivamente achou que Vale



de Cambra tinha sido beneficiado. -----

**O Sr. Presidente** respondeu que alguns Municípios acharam, mas que não valia a pena citar o nome dos Municípios. -----

**A Câmara Municipal deliberou por maioria**, com o voto contra do Vereador Pedro Almeida e a abstenção do Vereador Nelson Martins, aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal os documentos que compõem o Orçamento 2021 e Plano Orçamental Plurianual 2021-2025 e as Grandes Opções do Plano para 2021-2024 que constam em anexo bem como emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos termos do previsto no Anexo II das normas de execução do orçamento municipal para 2021.

**5. MAPA DE PESSOAL PARA 2021:** -----

Presente informação com o seguinte teor: "Informo V. Ex.<sup>a</sup> que o Mapa de Pessoal do Município de Vale de Cambra, para o ano de 2021, de acordo com os artigos 28.º, 29.º e 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio e artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, necessariamente revisto em conjunto com o Orçamento Municipal, tendo por base o levantamento de necessidades da Estrutura Orgânica deste Município, prevê os seguintes postos de trabalho: -----

**Gabinete Proteção Civil** -----

- 1 Licenciatura na área de Ciências Geográficas -----

**Divisão de Planeamento Ambiente e Gestão Urbanística** -----

- 1 Licenciatura na área de Tecnologia da Informação -----

- 1 Licenciatura na área de Engenharia Civil -----

- 1 Fiscal Municipal -----

**Divisão Administrativa e Financeira**-----

2020.11.03

- 1 Licenciatura na área de Ciências Sociais -----

**Divisão de Ação Social Desporto Educação e Cultura** -----

- 1 Licenciatura na área de Ciências da Educação -----

Assim, no total temos: -----

Direção Intermédia de 2.º grau	0
Chefe Equipa Multidisciplinar	0
Direção Intermédia de 3.º grau	0
Técnico Superior	5
Técnico de informática	0
Fiscal	1
Coordenador técnico	0
Assistente Técnico	0
Encarregado Operacional	0
Assistente Operacional	0
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>

**O Vereador Nelson Martins** disse que constatava a necessidade preenchimento de lugares, por outro lado também constatava ser exigida uma especificidade habilitacional: Gabinete de Proteção Civil - Um licenciado na área das Ciências Geográficas; DPAGU – Um licenciado em tecnologia de informação e comunicação, um licenciado em engenharia civil, e um fiscal, não discutindo no que ao fiscal dizia respeito; Na Divisão Administrativa e Financeira - Um Licenciado em Ciências Sociais; na Divisão da Ação Social Desporto Educação e Cultura – Um licenciado em Ciências da Educação. Ou seja 5 lugares para





técnicos superiores e 1 Fiscal. Perguntando: “Porquê criar 5 lugares de técnicos superiores? Estarão estes mesmos serviços ou divisões com elementos a mais ou a menos? E já agora uma pergunta de retórica: E já agora são lugares necessários? Ou as necessidades adequam-se a eventuais promessas?”. -----

**O Sr. Presidente** disse que havia uma coisa que tinha de ficar clara que era haver funcionários que entraram para cá que nem conhecia. Os lugares hoje, se olharmos para a proteção civil, por exemplo, têm muitas competências, e pouca gente. Tomando como exemplo a DPAGU referiu que DPAGU tem 1 engenheiro civil, e curiosamente se estiver de baixa ficamos sem engenheiro. A DPGU faz muitos projetos de arquitetura devia ter um engenheiro para acompanhar os projetos. -----

**O Vereador Pedro Almeida** perguntou se o engenheiro era para as obras particulares. -----

**O Sr. Presidente** disse ter dado um exemplo, pois a DPGU faz muito projetos e devia ter um engenheiro para acompanhar a sua elaboração. E que a área da educação tem muito pouca gente, e cada vez tem mais atribuições e competências. -----

**O Vereador Pedro Almeida** perguntou o porquê da necessidade de um licenciado em tecnologia de informação e comunicação. -----

**A Vereadora Catarina Paiva** informou que era para trabalhar no SIG com a Engenheira Catarina. -----

**O Sr. Presidente** referiu que provavelmente com as novas atribuições e competências acometidas às autarquias locais provavelmente os lugares a criar ainda não seriam suficientes. -----

**O Vereador Pedro Almeida** perguntou quais eram as novas atribuições, e disse que esse discurso, já tinha começado com a delegação de competências para as

2020.11.03

autarquias locais. -----

**O Sr. Presidente** disse que era exatamente aí que ia entroncar, porque a área da educação e da ação social iria ser passada em breve para as Câmaras Municipais. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que com base nessa fundamentação se foi justificando um concurso e outro e outro, e até há data de hoje não foram transferidas quaisquer competências. **O Vereador José Alexandre Pinho** perguntou quantas vagas é que existiam no Mapa de Pessoal atualmente. -----

**A Vereadora Catarina Paiva** respondeu que iria ver. Tendo dito que gostaria que o Sr. Vereador indicasse quem foram os técnicos superiores que entraram afetos à educação, por exemplo, ou à ação social. Dizendo que na elaboração dos mapas anteriores foi tido em consideração que havendo a descentralização iriam ser necessários novos técnicos, entretanto o governo foi sucessivamente adiando a descentralização. E nós acabamos por não ter dinheiro. -----

**O Vereador Pedro Almeida:** solicitou que lhe facultasse, todos os concursos que houveram e quem é que entrou, e se foram técnicos superiores, no dois últimos mandatos da Câmara Municipal. -----

**A Vereadora Catarina Paiva:** disponibilizou-se para consultar com o Vereador Pedro Almeida todos os procedimentos de concurso na área de pessoal. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que queria que lhe fosse dada a referida informação, bem como a informação referente às mobilidades internas e entre organizações, para depois com a informação poder fazer o debate. -----

**A Vereadora Catarina Paiva** disse que era necessário alguém com formação na área das ciências sociais, porque tendo nós que dar cada vez mais apoio na parte social, mais uma Assistente Social faz todo o sentido. E deu como exemplo os Recursos Humanos onde trabalham apenas 2 pessoas. -----



**O Vereador Pedro Almeida:** disse que na ultima sessão da Assembleia Municipal, houve um deputado eleito pela Lista do CDS que disse mais ou menos que para além de haver concursos em que os membros do júri são familiares dos concorrentes, que punha num envelope numa carta e entregava ao Presidente da Assembleia Municipal com o que pensa que será o resultado dos concursos que estão a decorrer. Que foi o que disse na última sessão da Assembleia Municipal, e não foi contrariado por nenhum elemento do executivo. -----

**A Vereadora Catarina Paiva** disse que nem valia a pena contradizer o que foi dito pelo deputado municipal Albano Braga. -----

**O Vereador Pedro Almeida:** referiu que o que o deputado Municipal disse é grave. -----

**A Vereadora Catarina** disse que o deputado Municipal tem de fazer prova disso.

**O Vereador Pedro Almeida** disse que o que via neste Mapa era que o mesmo não satisfazia as necessidades de Recursos Humanos, explicitando que na Divisão Planeamento de Ambiente e Gestão Urbanística, a D. Filomena foi para a aposentação e era assistente técnica; um fiscal foi em mobilidade para outra Câmara Municipal, daqui a 2 ou 3 meses a D. Zulmira irá para a aposentação. Só aqui são menos 2 assistentes técnicos. Não vendo no mapa a previsão de quaisquer assistentes técnicos. Referiu que o Sr. Presidente disse que vamos precisar de gente para dar resposta a higienização, designadamente nas escolas, para o que são necessários assistentes operacionais, o que não está previsto no mapa.-----

**A Vereadora Catarina Paiva** disse ao Sr. Vereador para abrir o Mapa na página 2, onde estão previstos os assistentes técnicos. -----

**O Vereador Pedro Almeida** disse que viu o Mapa, que é o mesmo do ano passado. E que na questão referente ao licenciado em ciências sociais,

2020.11.03

provavelmente vai ter que dar razão ao Deputado Municipal Albano Braga. Continuou dizendo que o mapa não repercute o que são as necessidades e que tinha dúvidas se as pessoas responsáveis pelos serviços foram ouvidas e consultadas com vista à elaboração deste Mapa, ou se foram apenas algumas. --

**A Vereadora Catarina Paiva** disse que tinha informações por escrito pelos chefes e colaboradores as necessidades. -----

**O Vereador Nelson Martins** disse ter constatado, e que quem quiser encaixar encaixa, que quando acabei a minha intervenção neste ponto houve risos e “pseudo gargalhadas”, e que essa não é a sua forma de estar porque aqui é um Vereador, uma figura Institucional. -----

**O Sr. Presidente** perguntou se foi ele que se riu. -----

**O Vereador Nelson Martins** respondeu que o Sr. Presidente sabia quem tinha sido. -----

**A Câmara Municipal deliberou por maioria**, com os votos contra dos Vereadores Pedro Almeida e Nelson Martins, aprovar e submeter à Assembleia Municipal a aprovação do mapa de pessoal dos serviços municipais, nos termos e com os fundamentos da informação técnica de 29-10-2020. -----

**6. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES:** -----

- **Processo n.º 2/20 – ONERED**, requerimento n.º 1245/20, de Dionísio Tavares de Almeida: -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão do requerente nos termos e com os fundamentos da informação dos serviços técnicos de 26-10-2020. -----

- **Processo n.º 6/20 – OBRINFO**, requerimento n.º 840/20, de Ricardo Miguel Gonçalves Pinho:-----



A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão do requerente nos termos e com os fundamentos da informação dos serviços técnicos de 26-10-2020. -----

**7. INFORMAÇÕES:** -----

O Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 21-10-2020 a 3-11-2020, no valor ilíquido total de € 493.090,94 (quatrocentos e noventa e três mil e noventa euros, e noventa e quatro centimos). -----

**12. APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA**

**REUNIÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todas as deliberações tomadas na presente reunião, sendo a ata, no termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada no início da próxima reunião ordinária. -----

Nada mais havendo a tratar e sendo dezasseis horas e cinquenta minutos, o Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente minuta das deliberações tomadas que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela Técnica Superior Maria Isabel Mariano que a redigiu.-----

Maria Isabel Silvestre Mariano

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_